



REVOGAÇÃO!

E A RECONSTRUÇÃO DA
DEMOCRACIA BRASILEIRA



Expediente

Realização

FUNDAÇÃO LAURO CAMPOS MARIELLE FRANCO E FUNDAÇÃO ROSA LUXEMBURGO



Fundação Lauro Campos e Marielle Franco

Natalia Szermeta

Fundação Rosa Luxemburgo

Jorge Pereira Filho

O Revogaço é uma pesquisa realizada pelo NAPE da FLCMF sob coordenação de Josué Medeiros e Victor Guimarães

Josué Medeiros - é cientista político e professor da UFRJ. É coordenador do Observatório Político e Eleitoral (OPEL) e do Núcleo de Estudos Sobre a Democracia Brasileira (NUDEB)

Victor Guimarães é cientista político, membro da executiva estadual do PSOL-RJ, militante do MTST

Pesquisadores

Mariana Castro é doutoranda em ciência política no IESP/UERJ e pesquisadora do Observatório Interdisciplinar das Mudanças Climáticas (OIMC) da UERJ

Paulo Reis é cientista político formado pela Unirio, Administrador pela UFRRJ e possui especialização em gestão de cidades inteligentes e sustentáveis pela Uninter.

Rennan Pimentel Mestrando em Sociologia pelo Programa de Pós-Graduação da UFRJ). É Coordenador executivo no Observatório Político e Eleitoral (OPEL), pesquisador no Núcleo de Estudos sobre a Democracia Brasileira (NUDEB) e no Núcleo de Estudos Comparados e Pensamento Social (NEPS/UFRJ-UFF)

Editor

Severino Souto Alves

Projeto gráfico e design

Cesar Habert Paciornik

HPDesign

Wendell Cristiano

WHIZZ

Revisão

Dafne Melo

Foto capa

Shuttershock - © ESB Professional

Sumário

EXPEDIENTE	03
O Revogaço e a reconstrução da democracia brasileira	07
A democracia contra o golpe e o genocídio Yanomami	08
Revogaço 2023: balanço geral	10
A retomada do Orçamento Público	12
A retomada dos sentidos públicos do Estado brasileiro	15
A dimensão ideológica e o Estado brasileiro	18
As instituições e as políticas públicas	24
Considerações finais	28



O Revogação e a reconstrução da democracia brasileira

Ao final do 2º turno das eleições presidenciais de 2022 e com a vitória das forças democráticas reunidas em torno do presidente Lula, apresentamos a pesquisa do Revogação. Com uma equipe de 25 pesquisadoras e pesquisadores, investigamos cerca de 20 mil normas infralegais do governo Bolsonaro (decretos, portarias, instruções normativas e resoluções) e também Emendas Constitucionais, Projetos de Lei e Medidas Provisória para dissecar o que chamamos de Método Bolsonaro de Destruição da Democracia.

O Método Bolsonaro de Destruição da Democracia é composto por um conjunto de ações coerentes e sistêmicas da extrema direita brasileira dentro das instituições do poder executivo nacional com o objetivo de destruir definitivamente a ordem democrática inaugurada com a Constituição de 1988. Assim, longe da visão propagada por setores do campo progressista que menosprezavam Bolsonaro, afirmando que ele seria "ignorante" ou "não sabia o que estava fazendo", demonstramos que seu projeto de destruição das instituições foi posto em prática por quatro anos com um método eficaz e constante.

Dividimos o Método Bolsonaro de Destruição da Democracia em quatro dimensões que são complementares e se retroalimentam: o Método Bolsonaro de Destruição Orçamentária, que consistiu em uma profunda e constante operação de cortes orçamentários

para asfixiar materialmente as estruturas do Estado cuja função é garantir e promover direitos; o Método Bolsonaro de Destruição do Público, um abrangente e radical projeto de privatizações, desestatizações e distribuição de vouchers que visam inviabilizar os sentidos públicos e universais do Estado brasileiro; o Método Bolsonaro de Destruição Ideológica, caracterizado por um sistemático e poderoso movimento de ataques ideológicos aos setores que são sujeitos de direito e de legitimação da violência e do autoritarismo como método de resolução dos conflitos; e por fim, mas não menos importante, o Método Bolsonaro de Destruição Institucional, um consistente e metódico processo de desarticulação das políticas públicas em todos os níveis (federal, estadual e municipal) e em todas as áreas de atuação das instituições democráticas.

Agora, no marco dos 200 dias do governo Lula, apresentamos um balanço do Revogação enquanto parte fundamental da reconstrução da democracia brasileira. Iniciamos com uma análise mais geral sobre os desafios para derrotar a extrema direita no Brasil, com uma breve análise sobre a tentativa de golpe do dia 8 de janeiro e sobre o enfrentamento ao genocídio do povo Yanomami. Na sequência, apresentamos um breve balanço geral do que foi revogado em 2023. Finalmente, abordaremos em separado como o governo Lula vem atuando em cada uma das quatro dimensões do Método Bolsonaro de Destruição da Democracia

Josué Medeiros e Victor Guimarães

A democracia contra o golpe e o genocídio Yanomami

Aldeia yanomami: O genocídio Yanomami não foi um acaso no governo Bolsonaro e sim um projeto

Uma semana depois da histórica posse do presidente Lula, ainda sob efeitos da empolgação e do alívio de ver a forte simbologia da multidão celebrando a democracia na Praça dos Três Poderes e a diversidade do povo brasileiro subindo a rampa do Palácio do Planalto, fomos confrontados por uma tentativa de golpe de Estado por parte da extrema direita. No dia 8 de janeiro de 2023, milhares de apoiadores de Jair Bolsonaro invadiram e depredaram as sedes dos três poderes da República. O objetivo era iniciar uma sequência de mobilizações golpistas pelo país, a partir dos acampamentos em frente aos quartéis do exército em dezenas de cidades. O plano do golpe abrangia ataques ter-

roristas contra torres de distribuição de energia e depósitos de combustíveis, provocando um caos social que justificaria a intervenção das forças armadas para restaurar a ordem e nomear um novo governo.

Todo esse movimento foi articulado e financiado por uma rede empresarial ligada ao agronegócio e ao garimpo ilegal. Contou ainda com apoio estratégico de uma parcela das Forças Armadas e com uma forte organização por meio de redes sociais, além da base reunida nos acampamentos extremistas nos quartéis. E, por óbvio, havia a liderança intelectual de Bolsonaro e seus filhos, o que foi fundamental para dar unidade política a toda essa mobilização.

O golpe do dia 8 de janeiro foi derrotado por uma combinação de ação institucional firme sob a liderança do presidente Lula e mobilização social nas redes e nas ruas. Nas instituições, ainda no dia da tentativa de golpe, Lula decretou intervenção na segurança pública do Distrito Federal, para restaurar a ordem, o que foi obtido com sucesso. Em paralelo, ordenou o desmonte de todos os acampamentos golpistas, o que foi feito a partir do dia seguinte. Por fim, ele coordenou, em 9 de janeiro, uma histórica reunião com todos governadores de Estado, representantes dos prefeitos, ministros do Supremo Tribunal Federal (STF) e os presidentes da Câmara dos Deputados e do Senado Federal.

Na sociedade, houve uma ampla e intensa mobilização de rejeição ao golpe nas redes sociais, além da articulação de manifestações em defesa da democracia no dia 9 de janeiro: pela manhã, atos cívicos em universidades e a noite uma grande passeata na Av. Paulista proposta pelos movimentos



© Shutterstock/Pablo Bayley Angelieri

sociais da Frente Povo Sem Medo e Frente Brasil Popular. Atos de rua menores, mas igualmente importantes, ocorreram em centenas de cidades brasileiras.

Já no relatório do Revogaço apontamos que a reconstrução da democracia brasileira só será possível com a combinação de ação institucional e mobilização social. Não esperávamos testar essa combinação contra uma tentativa de golpe. Entretanto, é um erro dizer que os ataques de 8 de janeiro pegaram o Brasil de surpresa. O golpismo é a consequência lógica do Método Bolsonaro de Destruição da Democracia e será derrotado em definitivo não apenas com a prisão dos seus líderes, mas com a constituição de uma nova dinâmica democrática e de solidariedade na base da sociedade brasileira, calcada na garantia e expansão dos direitos e na redução efetiva das desigualdades.

Uma semana depois, o Brasil se deparou com mais um desafio causado pelo Método Bolsonaro de Destruição da Democracia: o genocídio em curso do povo Yanomami. Em 16 de janeiro de 2023, equipes do Ministério da Saúde desembarcaram no território Yanomami para mapear o tamanho da tragédia, marcada pela explosão de casos de malária e outras doenças, de fome crônica e outras violências contra aquela população. No dia 20 de janeiro, o presidente Lula publicou o Decreto 11.384 que criou o Comitê de Coordenação Nacional para Enfrentamento à Desassistência Sanitária das Populações em Território Yanomami. E, no dia 21 de janeiro, o presidente desembarcou no território junto com alguns ministros para demonstrar a centralidade que as relações com os povos originários tem no seu governo.



A ação do garimpo e dos madeireiros ilegais, estimulada pelo ex-presidente, devastou o território e colocou em risco a existência daquele povo. Contudo, mais uma vez não podemos falar em surpresa. Os movimentos sociais indígenas, ONGs, os partidos de esquerda e a imprensa denunciaram sistematicamente as ações do governo Bolsonaro para exterminar os povos indígenas. Em 14 de julho de 2022, essas entidades estiveram na Câmara dos Deputados para denunciar que os garimpeiros estavam destruindo os postos de saúde e escolas e impedindo que alimentos e medicamentos chegassem ao povo Yanomami.

Aliás, sequer podemos acusar Bolsonaro de esconder estas intenções, uma vez que o mesmo declarou, em agosto de 2019, que não haveria mais demarcação de terras para os povos originários. Além disso, assim que tomou posse, Bolsonaro promoveu uma reorganização administrativa em que as atribuições da Fundação Nacional dos Povos Indígenas (Funai), no tocante à demarcação das terras indígenas, iriam para o Ministério da Agricultura, o que foi barrado pelo STF. O Congresso Nacional também rejeitou essa mudança. Apesar dessas resistências isoladas, o fato é que as instituições (Parlamento e o Supremo) apresentaram um quadro de inação prolongada na missão constitucional de promover e garantir os direitos dos povos originários, permitindo a Bolsonaro avançar com seu projeto de destruição desses povos.

A vitória de Lula iniciou a reversão desse processo. Seu governo vem liderando a retomada dos povos originários como sujeitos de direito desde a criação do Ministério dos Povos Originários, sob a liderança da companheira Sônia

Guajajara. Entretanto, é preciso combinar ação institucional com mobilização social para garantir que a nossa democracia incorpore demandas dos povos indígenas como parte estruturante da sua institucionalidade. Até mesmo porque, como vimos na ação do Congresso que retirou deste ministério a prerrogativa de demarcar terras indígenas, contrariamente ao que o governo queria, esse é um desafio que encontra ampla resistência de setores conservadores.

Um exemplo disso foi o ataque extremista na Câmara dos Deputados contra os direitos dos povos indígenas na votação do chamado "marco temporal". Com esse projeto, setores ruralistas e bolsonaristas pretendem limitar a demarcação de terras indígenas àquelas que estavam efetivamente ocupadas em 1988, ano de promulgação da Constituição. Trata-se de um ataque inconstitucional que ignora 450 anos de expropriação e violência contra os povos originários.

A proposta foi aprovada pelos deputados em 30 de maio de 2023 com forte oposição da bancada do PSOL. O Acampamento Terra Livre e outras mobilizações da sociedade civil foram decisivas para gerar uma onda de resistência que fez o Senado parar o projeto.

Revogação 2023: balanço geral

A pesquisa do Revogação propôs a anulação de 220 decretos, portarias, resoluções e instruções normativas editadas pelo governo Bolsonaro em 20 áreas diferentes. Em 2023, conseguimos conferir o que aconteceu com 210 dessas medidas infralegais. A diferença entre os números se explica porque alguns decretos caíram por conta de deci-

ÁREA	TOTAL DE SOLICITAÇÕES	TOTAL REVOGADO
Assistência Social	6	2
Combate à corrupção e Transparência	9	4
Comunicação	8	5
Cultura	16	5
Direito a cidade	7	4
Direitos das Crianças e Adolescentes	14	3
Direitos LGBTQIAPN+	1	1
Economia, Trabalho e Renda	20	7
Educação	12	7
Forças Armadas	8	5
Meio Ambiente	16	9
Negritude	1	1
Participação Social	7	4
Petróleo, Gás e Energia	14	4
Política Agrária	5	3
Política Indigenista	7	3
Ri e política migratória	5	3
Saúde	9	6
Segurança Pública	45	21
TOTAL GERAL	210	97

Total atendido em % - 46,19%

sões do STF, como foi o caso dos decretos que normatizavam o orçamento secreto.

O balanço sobre a Revogação das 210 medidas mostra que em 200 dias o governo Lula revogou 97 normas infralegais, totalizando 46,19% da demanda que apresentamos no relatório de 2022. A tabela abaixo sistematiza esses números por área:

Além disso, uma análise qualitativa das 90 prioridades elencadas no Relatório de 2022 mostra que 60 foram revogadas pelo governo Lula nesses primeiros 200 dias. Esse total de normas infralegais suspensas dizem respeito a políticas importantes para a democracia brasileira.

Destacamos, de partida, o fim dos ataques aos direitos fundamentais do povo brasileiro. No caso dos povos indígenas, a demarcação de terras foram retomadas; As políticas públicas para o povo negro, que é maioria da população brasileira, também estão sendo reconstituídas, como ocorreu com o programa Aquilombar Brasil, que restitui os direitos da população quilombola e com a nova gestão da Fundação Palmares, que foi o principal locus ideológico de ataque às políticas de igualdade racial durante a gestão bolsonarista; As mulheres voltaram a ser prioridade das políticas de saúde, com a reconstrução da área de políticas de gênero do SUS; quanto à população LGBTQIAPN +, nosso relatório do Revogação de 2022 mostra que houve um apagamento completo desse segmento - que soma 31 milhões de pessoas - do orçamento e de qualquer ação institucional. Esse ataque pela via da invisibilização foi revertido pelo governo Lula, que anunciou um conjunto de políticas públicas para essa população no dia 28 de junho de 2023, Dia Internacional do Orgulho LGBTQIAPN +.

Outras medidas que merecem destaque dentre as prioridades que listamos no relatório de 2022 são o fim do amplo

Teto de Gastos > Revogado

Orçamento Secreto > Revogado

**Contingenciamento
das áreas sociais > Revogado**

programa de privatizações de Bolsonaro, com destaque para a retomada de uma visão estratégica sobre a Petrobrás; a retomada de uma política estruturante de Ciência e Tecnologia, com o aumento das bolsas de pós-graduação e o financiamento a longo prazo de pesquisas estratégicas em todas as áreas; o retorno das parcerias federativas entre União, Estados e Municípios, com a volta dos repasses do governo federal para os municípios no SUAS; a reconstituição de todos os Conselhos de participação social destruídos por Bolsonaro; a retomada das políticas de transparência de dados e informações no caso do Sigilo de 100 anos; a retomada das políticas de fiscalização ambiental e do trabalho análogo à escravidão, bem como das multas e punições aos infratores; a elaboração de uma nova política de controle das armas em posse da população civil; a retomada das políticas de memória e verdade; o fim das Escolas Cívico-Militares; o fim do isolamento internacional e do alinhamento com a agenda da extrema-direita fascista internacional; entre outras.

Passamos agora a uma análise qualitativa de cada uma das dimensões do Método Bolsonaro de Destruição da Democracia.

A retomada do Orçamento Público

No relatório do Revogaco de 2022, identificamos três medidas estruturantes do Método Bolsonaro de Destruição Orçamentária: a política fiscal do Teto de Gastos, a manobra parlamentar do Orçamento Secreto (com apoio de Bolsonaro); e os constantes e crescentes cortes nas dotações orçamentárias de áreas estratégicas do Estado brasileiro, a ponto de inviabilizar direitos e políticas públicas a elas vinculados.

Nesse sentido, a primeira medida fundamental para a retomada de um orçamento público que de fato promova e garanta direitos é acabar com o chamado Teto de Gastos, o que ocorrerá com a aprovação definitiva do novo arcabouço fiscal, em agosto de 2023, pelo Congresso, após sua aprovação no Senado, que modificou algumas partes da lei aprovada pelos deputados, exigindo que eles voltassem novamente a apreciar a matéria. Vale uma reflexão mais detalhada sobre esse processo.

O Teto de Gastos, como é sabido, foi uma medida implementada em 2016 pelo governo golpista de Michel Temer com o objetivo de asfixiar o orçamento, algo que depois Bolsonaro aprofundou, ainda que ele tenha furado o Teto diversas vezes para fins eleitoreiros.

O Teto de Gastos, defendido pelos setores neoliberais, consiste em criar uma regra fiscal extremamente rígida que limitava o crescimento das despesas do governo à inflação do ano anterior. Como algumas despesas - pre-

vidência, por exemplo - necessariamente crescem mais que a inflação, e a soma total de despesas do governo não pode ultrapassar essa barreira, é preciso cortar e asfixiar o restante da máquina pública. Os salários do funcionalismo público, por exemplo, foram congelados, os concursos paralisados e áreas inteiras - habitação popular, construção de creches, entre outras - viram seu orçamento reduzido a praticamente zero por Bolsonaro.

O resultado concreto do Teto de Gastos na democracia brasileira foi nefasto, causando profundas perdas nas chamadas áreas sociais e nos direitos fundamentais e sem entregar o que prometia, a saber, o suposto reequilíbrio das con-

tas públicas. Poucos economistas e gestores sérios discordam que a política fiscal do Teto de Gastos foi um fracasso e que, se fosse mantida, terminaria por inviabilizar o Estado brasileiro.

Ademais, o Teto de Gastos foi furado por diversas vezes ao longo

do mandato de Bolsonaro. Inicialmente, por conta da pandemia da covid-19 e o chamado Orçamento de Guerra. Nesse caso, contra a vontade do governo, o Congresso aprovou uma série de medidas de proteção social aos mais pobres (Auxílio Emergencial) e aos setores que tiveram sua atividade laboral totalmente inviabilizada durante a emergência sanitária, como foi o caso dos trabalhadores da cultura com a Lei Paulo Gustavo e Aldir Blanc.

Mas Bolsonaro gostou desta fórmula política, não porque apoiasse essas ou outras políticas públicas, mas porque enxergou na concessão de benefícios uma forma de superar sua impopularidade e se tornar competitivo eleitoralmente.

**Pela retomada de um
orçamento público voltado
para os direitos do povo**

E o processo eleitoral mostrou que a extrema direita estava certa nessa aposta.

Assim, em 30 de junho de 2022, o Congresso Nacional aprovou a chamada PEC do Desespero, que permitiu ao governo Bolsonaro distribuir benefícios sociais às vésperas da eleição, o que é proibido pela Constituição. O total despendido pelo ex-presidente com fins eleitoreiros chegou a 343 bilhões de reais, somando benefícios sociais como o Auxílio Brasil e o auxílio caminhoneiro; incentivos fiscais para reduzir o preço dos combustíveis sem mexer na política de preços da Petrobrás (isto é, sem diminuir os lucros dos acionistas privados); e medidas de injeção de dinheiro na economia como os saque extras do FGTS, os empréstimos consignados em cima de benefícios e a antecipação do 13º salário dos aposentados.

Diante deste cenário, o governo Lula negociou diretamente com o Congresso Nacional a suspensão do Teto de Gastos para 2023 ainda na transição entre as gestões. Bolsonaro não estava preocupado em colaborar com qualquer transição e o que o governo eleito fez foi pactuar com o parlamento uma legislação que viabilizasse o pagamento do Bolsa Família a 600 reais e também outros benefícios, além de viabilizar que o país retomasse um debate democrático sobre orçamento público e as finanças do Estado.

Dentre os caminhos institucionais possíveis, Lula optou pela aprovação da PEC da Transição, o que ocorreu em 23 de dezembro de 2022. O governo pretendia liberar o Orçamento por dois anos, mas só obteve autorização para 2023. Em compensação, a PEC da Transição consolidou o fim do Teto de Gastos, autorizando o executivo a enviar uma nova política fiscal por lei complementar, medida que necessita de aprovação por maioria simples dos congressistas e, portanto, mais fácil de negociar.



Tal medida foi o chamado arcabouço fiscal, pelo qual o governo Lula propôs uma regra de controle dos gastos abrindo mais espaço para os investimentos e as áreas sociais. Pela nova regra, a despesa poderá alcançar 70% do crescimento da receita do governo, se cumpridas as metas fiscais. E, dentro disso, haverá uma variação anual máxima de 2,5% e mínima de 0,6%, impedindo a asfixia. Na votação, ocorrida na Câmara dos Deputados, em 23 de maio, o PSOL votou contra o novo mecanismo porque o arcabouço incluiu saúde, educação e o funcionalismo público dentro das despesas a serem limitadas. Algumas das demandas do partido foram contempladas pelas mudanças feitas no Senado em 21 de junho: a retirada do Fundeb, do Fundo Constitucional do Distrito Federal e das despesas de ciência, tecnologia e inovação, além da permissão dada ao executivo pelos senadores de aumentar a receita com base na estimativa de inflação.

 **Estudantes de universidades públicas universitários protestam em São Paulo contra corte nas verbas de investimentos na educação**

Se a PEC da Transição foi um primeiro momento da retomada do Orçamento Público, um segundo foi o fim do chamado Orçamento Secreto. Trata-se de uma manobra operada pelo presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), a partir de uma modalidade específica de emendas, as Emendas do Relator. Estas eram um instrumento técnico de ajustes na Lei Orçamentária quando o Congresso coordenava as negociações entre o governo, parlamentares e setores da sociedade sobre quanto cada área receberia de dotação orçamentária. Lira transformou esse instrumento em uma ferramenta política na qual um grupo reduzido de parlamentares ligados a ele controlava parcela significativa do orçamento, distribuindo montantes elevados para políticos aliados (congressistas e prefeitos) sem qualquer transparência e sem planejamento orçamentário. Entre 2020 e 2022 essa manobra movimentou cerca de 50 bilhões de reais.

Em 19 de dezembro de 2022, o STF, por maioria de 6 a 5 votos, considerou o Orçamento Secreto inconstitucional. Antes, o Congresso tinha aprovado uma nova regulamentação dessa modalidade de emendas, buscando dar mais transparência, de modo a influenciar no entendimento do Supremo. Com isso, perderam a validade os decretos 10540/2020 e 10888/2021, que apontamos de 2022 como estruturantes do Orçamento Secreto. Entretanto, a jogada política de Lira não funcionou e os ministros do Supremo entenderam que o problema do Orçamento Secreto não está só na falta de transparência, mas

também no uso da verba sem planejamento orçamentário, o que inviabiliza as políticas públicas de Estado e a própria noção de Orçamento Público.

Com a decisão do STF, o governo Lula negociou - no mesmo processo da PEC da Transição - que metade do montante previsto para as Emendas do Relator em 2023 (cerca de 9 bilhões de reais) permanecerá com os parlamentares na forma das emendas individuais e de bancada, enquanto a

outra fatia voltará para os ministérios. E mesmo o uso desta outra metade levará em conta a negociação com congressistas, mas agora dentro de critérios de planejamento orçamentário definidos pelo governo e com transparência.

A lógica das emendas impositivas prevalece e dificilmente será revertida em curto prazo. Trata-se de um processo político em que o parlamento avança suas prerrogativas sobre o orçamento público que vem de 2015, quando Eduardo Cunha venceu a presidência da Câmara.

Sua primeira medida foi aprovar uma PEC relativa às emendas impositivas. Seus sucessores, Rodrigo Maia e Lira, aprofundaram esse processo. Mas há sim condições políticas para inserir as emendas impositivas em mecanismos de controle e transparência existentes e nas dinâmicas de planejamento das políticas públicas que o governo dispõe.

Nesses dois casos, os avanços na reconstituição do Orçamento Público são parciais, uma vez que a lei orçamentária de 2023 aprovada pelo parlamento foi elaborada pelo gover-

A recomposição salarial de 9%, em 2023, foi um primeiro movimento de valorização do servidor público, que agora precisa ter sequência com mesas de negociação por categoria para reestruturar as carreiras.

no Bolsonaro. Ademais, há ainda a nova regra fiscal, com as limitações que já mencionamos. Precisamos lutar para que a próxima lei orçamentária consolide a recomposição de verbas nas áreas estratégicas. Isso ainda não está plenamente garantido em todos os setores que apontamos no relatório de 2022. Por exemplo, a área da Ciência e Tecnologia já teve um anúncio importante de recomposição parcial dos valores das bolsas de mestrado e doutorado, bem como o aumento do total de estudantes bolsistas. Mas, por outro lado, as verbas do Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico ainda não foram restabelecidas conforme a necessidade do sistema científico brasileiro e nem de acordo com o contingenciamento dos últimos anos, que chega a 60% do que era em 2014 de acordo com o Observatório do Conhecimento.

Ou seja, identificamos avanços significativos na reconstrução do orçamento público neste começo de governo. Contudo, diante da resistência de um Congresso de maioria conservadora e da dimensão do desmonte causado pelo Método Bolsonaro de Destruição Orçamentária, eles ainda são insuficientes e somente a mobilização da sociedade brasileira vai garantir que a redução das desigualdades se torne a prioridade do orçamento.

A retomada dos sentidos públicos do Estado brasileiro

A retomada dos sentidos públicos do Estado brasileiro já começou a ser posta em prática no chamado governo de transição, com a formação dos Grupos de Trabalho (GTs) que buscaram alcançar todas as dimensões dos direitos e das políticas públicas previstas na Constituição de 1988. Ademais, a própria composição dos GTs - que con-

Vouchers - Revogado

- Privatização Petrobrás > Revogado
- Privatização Bancos Públicos > Revogado
- Privatização (PPSA) > Revogado
- Privatização Correios > Revogado
- Privatização Empresa Brasileira de Comunicação > Revogado
- Privatização Dataprev > Revogado
- Privatização Serpro > Revogado
- Privatização Conab > Revogado
- Privatização Nuclebrás Equipamentos Pesados > Revogado
- Privatização Agência Brasileira Gestora de Fundos Garantidores e Garantias > Revogado
- Privatização Centro Nacional de Tecnologia Eletrônica Avançada > Revogado
- Privatização Telebrás > Revogado

taram não apenas com especialistas acadêmicos, técnicos e representantes dos partidos políticos, mas também com militantes e ativistas sociais de cada uma das áreas - foi decisiva para esse esforço inicial. Afinal, a ampla participação social é condição para a reconstituição dos sentidos públicos do Estado brasileiro e da nossa democracia.

Outra dimensão importante dessa retomada foi a própria reorganização administrativa, a qual foi mais ou menos antecipada e preparada pelo governo de transição. Com isso, ministérios importantes foram recriados, tais como o Ministério da Igualdade Racial, o Ministério das Mulheres, o Ministério dos Direitos Humanos, o Ministério da Cultura e o Ministério das Cidades. Além disso, novas pastas surgiram, entre elas o Ministério da Gestão, a Se-

**Atual
oposição
ao presidente Lula
não é composta
por forças
democráticas,
mas sim por
um movimento
político de
cunho fascista,
cujo objetivo
é destruir a ordem**

cretaria de Mudanças Climáticas, o Ministério dos Povos Indígenas, e a Secretaria Nacional de Periferias. Cabe destacar que estas duas últimas estruturas estão sendo dirigidas por quadros vinculados aos movimentos sociais indígena e sem teto e por companheiras e companheiros filiados ao PSOL, a ministra Sônia Guajajara e o secretário Guilherme Simões.

A reconfiguração da Esplanada, longe de significar "inchaço" da máquina pública como acusam os liberais, ou parte do "toma lá dá cá" da política, como pregam os lajavatistas, é de fundamental importância para reforçar os sentidos públicos do Estado brasileiro. Os novos ministé-

rios e secretarias permitem que todas as parcelas da sociedade que são sujeitas de direitos se vejam representadas na estrutura estatal, o que é decisivo para a legitimidade da nossa democracia. Isso impacta positivamente também a dimensão ideológica e institucional da reconstrução democrática, que analisaremos mais adiante.

Outra medida importante nesse sentido foi a reabertura das mesas de negociação com os servidores públicos. É impossível retomar os sentidos públicos do Estado sem um corpo técnico de servidores com remuneração justa e com a carreira estruturada. Os governos Temer e Bolsonaro simplesmente romperam qualquer diálogo com as categorias do funcionalismo público, com um tipo de política que se resume à famosa frase dita em reunião ministerial oficial pelo ex-ministro da economia Paulo Guedes sobre "colocar uma granada no bolso do servidor".

A recomposição salarial de 9%, em 2023, foi um primeiro movimento de valorização do servidor público, que agora precisa ter sequência com mesas de negociação por categoria para reestruturar as carreiras, além da continuidade da reposição salarial. Outra medida fundamental é a retomada dos concursos públicos. Nesses 200 dias de governo Lula, foram anunciados concursos que somam cerca de 10 mil novas vagas distribuídas por quase todas as áreas, com destaque para a Ciência e Tecnologia, medida fundamental em tempos de negacionismo da extrema direita; para a Funai, instituição central para a promoção e garantia dos direitos dos povos indígenas; e para o Ministério do Meio Ambiente, o que é decisivo para um enfrentamento estratégico às mudanças climáticas; e funções de gestão em geral, importantíssimas para o funcionamento de toda a máquina estatal.



© Marcelo Camargo/Agência Brasil

Ainda nesse campo, apontamos no relatório de 2022 para as duas medidas pelas quais o Método Bolsonaro de Destruição do Público se estruturava: a concessão de vouchers para substituir os sistemas públicos e o amplo e ambicioso Programa de Privatização e Desestatização de Guedes e Bolsonaro.

Com relação aos vouchers, demonstramos que embora a extrema direita tenha esse tipo de política como estrutural, o governo Bolsonaro foi derrotado em sua primeira tentativa de emplacar os vouchers durante a pandemia, quando a sociedade brasileira se mobilizou junto ao parlamento e garantiu a aprovação do Auxílio Emergencial. Porém, Bolsonaro teve sucesso na segunda tentativa, quando desmontou o Bolsa Família e criou o Auxílio Brasil, introduzindo ali um voucher-creche para famílias com filhos, além do auxílio caminhoneiro e auxílio taxista, que também se constituiu como um tipo de voucher para um setor específico. Portanto, a política de vouchers foi revogada com a aprovação da PEC da Transição e a retomada do programa Bolsa Família, anunciada por Lula em 2 de março de 2023, com o valor aumentado e com a volta das condicionalidades que fortalecem a política pública.

A segunda medida é o programa de Privatizações e Desestatizações de Bolsonaro. Nesse caso, é preciso recuperar que já durante o processo eleitoral, o então candidato Lula anunciava sua disposição em barrar essas vendas e o desmonte do Estado. Isso foi importante porque levou para o debate eleitoral de 2022 a dimensão dos sentidos públicos do Estado Brasileiro.

Ainda no primeiros dias de governo, Lula assinou um despacho mandando revogar os estudos para a privatização de sete estatais: Empresa Brasileira de Administração de Petróleo e Gás Natural S.A. - Pré-Sal Petróleo S.A (PPSA), Correios, Empresa Brasileira de Comunicação, Dataprev, Serpro, Conab e Nuclebrás Equipamentos Pesados. No marco dos 100 dias, o governo publicou um decreto que retira do programa de Privatização e do Programa de Parcerias e Investimentos, além destas empresas já citadas, outras três: Agência Brasileira Gestora de Fundos Garantidores e Garantias; Centro Nacional de Tecnologia Eletrônica Avançada e Telebrás.

Há, além disso, a disposição de Lula para reverter a privatização da Eletrobras, feita a toque de caixa às vésperas da eleição de 2022. Uma primeira medida nesse sentido foi a Ação de Inconstitucionalidade apresentada pelo governo no STF contra a composição do conselho da Eletrobras privada, cuja lei impede que o governo brasileiro tenha um peso no órgão dirigente

correspondente ao tamanho da sua participação acionária.

O presidente também ordenou - já desde a campanha de 2022 - a reestruturação estratégica da Petrobras e dos bancos públicos. Não podemos deixar de mencionar que a Petrobras e os bancos públicos estavam na fila de Bolsonaro para privatização caso fosse reeleito. A vitória de Lula, portanto, também revoga essas possibilidades.

A retomada do papel das empresas e bancos públicos em favor do desenvolvimento brasileiro e do combate às desigualdades bem como os concursos e recomposição salarial

**Sigilos bolsonaristas de
100 anos > Revogados!**
**Escolas cívico-militares
> Revogadas!**

e das carreiras do funcionalismo público são medida fundamentais para a reconstrução da nossa democracia. Também aqui nessa dimensão precisaremos de muita mobilização social para sustentar o governo na direção da retomada dos sentidos públicos do Estado Brasileiro.

A dimensão ideológica e o Estado brasileiro

A centralidade da dimensão ideológica para a extrema direita em geral e para o bolsonarismo em particular é um fato inegável. Uma das contribuições da pesquisa "Revogação", em 2022, foi demonstrar que essa dimensão ideológica estava amplamente institucionalizada pelo governo Bolsonaro, ao longo de todo seu mandato. O objetivo fundamental dessa institucionalização é aprofundar o enraizamento dos valores da extrema direita na sociedade. Assim, tais valores deixariam de ser mobilizadores de uma minoria radicalizada, passando a ter adesão de amplas parcelas da população brasileira, viabilizando uma nova hegemonia na sociedade: antidemocrática e conservadora.

Nesse sentido, a dimensão ideológica vem sendo prioridade do governo nesse primeiro ano de reconstrução da democracia. Isso começou já na simbologia da cerimônia de posse, quando Lula, aproveitando-se da fuga de Bolsonaro para fora do Brasil por se recusar a reconhecer o resultado das eleições, subiu a rampa do Palácio do Planalto com pessoas que representam a diversidade do povo brasileiro. E seguiu com ampliação da representação de gênero e raça na estrutura da gestão, na orienta-

ção e elaboração das políticas públicas deste mandato e ainda nas declarações e discursos do mandatário e seus ministros.

Isso vem gerando um conjunto de críticas oriundas dos setores liberais e da direita democrática que apoiou Lula contra Bolsonaro, acusando o atual presidente de romper com a proposta de frente ampla em defesa da democracia que ajudou a vencer as eleições e escolher reforçar a polarização com Bolsonaro, falando só para os convertidos.

Ora, diante da importância que a dimensão ideológica tem para a extrema direita e do fato que o bolsonarismo conserva uma força política e eleitoral mesmo após a derrota em 2022 e a perda do controle do Executivo, é um erro grave interpretar a polarização política brasileira como resultado de "escolhas" livres dos agentes políticos. Como se fosse possível e desejável que Lula simplesmente voltasse a governar nos termos do seu primeiro mandato de 2003, quando assumiu uma linha definida, na época, como "Lulinha paz e amor".

Ademais, a tentativa de golpe de 8 de janeiro e a reversão do genocídio do povo Yanomami atravessaram o mês de janeiro, demonstrando que a atual oposição ao presidente Lula não é composta por forças políticas democráticas, mas sim por um movimento político de cunho fascista, cujo objetivo é destruir a ordem institucional inscrita na Constituição de 1988 e inaugurar uma nova arquitetura institucional autoritária e conservadora. E não é possível enfrentar esse tipo de movimento político sem polarizar com ele em todos os sentidos, inclusive no embate ideológico, apresentando os valores da igualdade e da solidariedade como estruturantes para a retomada de modo sólido e consistente de uma hegemonia democrática em nossa sociedade.

No relatório de 2022, apontamos que a institucionalização do Método Bolsonaro de Destruição Ideológica se deu a partir de uma série de medidas: sigilos de 100 anos; as escolas Cívico-Militares; o armamento em massa da população civil; a disseminação de fake news pela máquina estatal; a destruição das políticas de memória e verdade; e a destruição das políticas públicas que incidem e fortalecem os setores que representam a diversidade da sociedade brasileira e que são atacados pela extrema direita em nome de uma concepção de família e nação uniforme: mulheres, a população negra; a população LGBTQIAPN+, quilombolas, povos indígenas e juvenis. Vamos analisar cada uma delas.

A primeira diz respeito aos sigilos de 100 anos impostos por Bolsonaro para várias das suas ações, da sua família e dos aliados mais próximos durante os quatro anos de governo. Argumentamos no relatório do Revogaço de 2022 que essa política dos sigilos era central para o bolsonarismo, porque protegia a imagem de Bolsonaro dos desgastes que o exercício do poder necessariamente traz, mantendo, com isso, a capacidade de mobilização antissistema dele e de seus filhos. Não obstante, impressiona a quantidade de sigilos: 1108, de acordo com levantamento feito pela Transparência Brasil.

Ainda no primeiro dia de governo, o presidente Lula determinou que em 30 dias a Controladoria Geral da União (CGU) apresentasse um parecer reavaliando a validade ou não dos sigilos. Pela quantidade e pela complexidade técnica, grande parte desses sigilos ainda não teve um parecer definitivo. Ademais, há de se considerar o cálculo político para a publicização dessas informações, pelo potencial que elas têm em impactar nas disputas com o bolsonarismo.

O fato é que, até o momento, poucos sigilos foram derrubados, embora os que tenham caído sejam de enorme impor-



tância política. Entre eles, figura o fim do sigilo das agendas dos filhos de Bolsonaro e da ex-primeira-dama, Michelle Bolsonaro; a queda do sigilo dos gastos com cartão corporativo do então presidente; o fim do sigilo do processo do general Pazuello na justiça militar por participação em ato político, o que é proibido para militares da ativa; e o sigilo sobre o cartão de vacina de Bolsonaro, embora nesse caso exista uma forte suspeita de que o documento foi fraudado, o que até o fechamento deste relatório não havia sido confirmado.

Tão importante quanto o fim dos sigilos é a constituição de uma política pública democrática de acesso à informação, que analisaremos no último tópico deste relatório.

 **O novo governo Lula retomou, além de modernizá-las, diversas políticas sociais das gestões anteriores do PT**

A política do governo para as Escolas Cívico-Militares foi resolvida em 10 de julho de 2023, quando o Ministério da Educação (MEC) encaminhou ofício às secretarias estaduais de educação anunciando que cessaria o apoio financeiro dado pelo executivo federal a esta modalidade. Antes, logo no começo do mandato de Lula, a diretoria do MEC responsável pelo projeto já havia sido extinta. Conforme argumentamos no relatório de 2022, as escolas cívico-militares são uma política central para a disseminação dos valores da extrema direita para amplos setores, atingindo as crianças desde a sua formação inicial. O embate nessa questão muda de qualidade com a posição do governo Lula e cabe às forças democráticas pressionar os governos estaduais (em sua maioria de direita) que anunciaram a manutenção dessa política de militarização da educação.

A revogação das políticas de armamento em massa da população civil foi uma das primeiras medidas do governo Lula, logo no primeiro dia de mandato. A reconstrução de uma política de segurança pública democrática esteve no centro do debate eleitoral e segue no centro da conjuntura, tanto pelas ações positivas do governo Lula quanto pela importância que essa pauta tem para a extrema direita bolsonarista. O processo foi consolidado em 21 de julho de 2023 com a assinatura, pelo presidente Lula, do novo decreto sobre armas que revoga parcialmente a liberalização descontrolada promovida por Bolsonaro.

Política bolsonarista de armas > Revogada!

Financiamento estatal das fake news > Revogado!

Celebração da Ditadura Militar de 64 > Revogada!

O centro da revogação é aumentar o controle sobre os clubes de Caçadores, Atiradores e Colecionadores (CACs). Assim, logo em 01 de janeiro de 2023, o governo suspendeu os novos registros de armas pelo CACs, bem como o próprio registro de novos clubes. Nesse novo decreto de 21 de julho de 2023, transferiu a fiscalização desses clubes das forças

armadas para a Polícia Federal e consolidou limites de compra de armas e munições por eles. Ademais, foi anulada a permissão que Bolsonaro concedeu aos membros dos CACs de transitar com as armas, o que na prática permitia com que eles andassem armados em qualquer lugar e horário. Outra medida importante é a redução da permissão de 4 para 2 armas para a população civil e o retorno da comprovação de necessidade, algo que Bolsonaro tinha suspenso a fim de facilitar o acesso às armas

por qualquer cidadão.

A nova regulamentação foi precedida por um recenseamento de armas e munições em posse de civis adquiridos desde 2019, cujo prazo se encerrou em 3 de maio de 2023. De acordo com o Ministério da Justiça, foram recadastradas 942.001 armas, o que corresponde a 99% do total de armamento nas mãos dos CACs e da população civil em geral.

Com base nessas medidas, a Polícia Federal prendeu 50 CACs que não recadastraram suas armas e que estavam com mandado de prisão em aberto. A PF informou ainda

que 6.168 pessoas não recadastraram suas armas, as quais passaram então a ser ilegais, deixando seus donos sujeitos a mandados de busca e prisão.

Uma vez mais, a mobilização da sociedade civil democrática é fundamental para sustentar essa revogação. Os parlamentares bolsonaristas têm se articulado no Congresso Nacional, para combater os decretos de Lula e retomar uma política agressiva de armamentos da população civil. Por exemplo, o prazo do recenseamento foi ampliado depois de pressão da bancada da bala. E esse grupo vem atuando para incidir na nova regulamentação proposta por Lula para o Estatuto do Desarmamento. Esse enfrentamento é mais uma demonstração de que a polarização e o embate ideológico não são escolhas de Lula, mas sim uma imposição da dinâmica política em que a extrema direita conserva força institucional e social.

Outra dimensão em que a mobilização social é decisiva é a desinformação. A disseminação de fake news pela máquina estatal foi "revogada" assim que ocorreu a troca de comando do Executivo, com a mudança de orientação política sobre as vacinas, sobre a importância das mudanças climáticas e outros temas em que a extrema direita fascista alimenta o negacionismo. Entretanto, o problema permanece urgente, como ficou nítido com a preparação e articulação da tentativa de golpe do dia 8 de janeiro de 2023.

Há ainda a necessidade de regulamentar esta esfera e o centro da disputa foi para o parlamento, com a tentativa de aprovar o PL das Fake News. Em 25 de abril de 2023, Lira aprovou um requerimento de urgência para esse projeto, que cria a Lei Brasileira de Liberdade, Responsabilidade e Transparência na Internet, com relatoria do deputado Orlando Silva (PCdoB - SP). O projeto é apoiado, em linhas

gerais, pelo governo Lula, Parlamento, STF, movimentos sociais e ONGs e também pela mídia empresarial, reproduzindo a dinâmica de frente ampla contra o bolsonarismo que se estabeleceu na pandemia e depois, em grande parte, no processo eleitoral de 2022, especialmente no 2º turno das eleições presidenciais.

Apesar da vitória inicial e desse amplo apoio, em 2 de maio de 2023, Lira optou por adiar a votação do PL, uma vez que não havia garantia dos votos necessários para aprová-lo. Em uma semana, entre a aprovação da urgência e o requerimento, formou-se uma coalizão entre o bolsonarismo e as bigtechs que criou uma onda de mobilização contra a proposta de legislação em setores estratégicos a partir do argumento de censura e fim da liberdade de expressão. Tal estratégia foi massificada, por óbvio, em uma ampla rede de produção e disseminação de desinformação e fake news, com apoio tecnológico e econômico das grandes plataformas digitais. E foi eficaz em, por exemplo, pressionar os parlamentares da bancada evangélica com base na ameaça de fim da liberdade de culto. O governo e o STF reagiram, buscando enquadrar essa estratégia nas medidas já em curso para combater a desinformação, e que se baseiam nos crimes previstos na legislação atual. Até o momento em que este relatório foi fechado, permanecia o impasse em torno do PL das Fake News.

A reconstrução da política de memória e verdade começou a ganhar vida no dia 30 de março, às vésperas do aniversário do golpe militar de 1964, com a retomada da Comissão de Anistia. No relatório de 2022, analisamos como o Método Bolsonaro de Destruição Ideológica atacou diretamente essa comissão e as políticas de memória, verdade e reparação. O objetivo era promover uma relegitimação da ditadura civil-militar. Por isso, a recomposição da Comissão de Anistia, com o julgamento fa-

vorável de quatro processos de reparação para perseguidos pela ditadura, é um momento simbólico e prático de enorme importância no combate ideológico à extrema direita bolsonarista em favor dos valores da solidariedade e da democracia. A Comissão de Anistia reconstruída espera reanalisar os cerca de 8 mil processos de reparação que foram negados durante o governo Bolsonaro.

Finalmente, chegamos na revogação dos ataques institucionalizados contra as mulheres, a população negra, a população LGBTQUIA+, quilombolas, povos indígenas e as juventudes com o objetivo de acabar com a diversidade do povo brasileiro e impor uma nação e uma família uniformes. Essa reversão começou, como já mencionamos, com a recriação dos ministérios que organizam as políticas públicas que garantem e promovem direitos para essas populações: o Ministério da Igualdade Racial, o Ministério das Mulheres, o



As instituições brasileiras passaram por quatro anos de provações sob o governo Bolsonaro.

Ministério dos Direitos Humanos e o Ministério da Cultura.

O revogaço das políticas de gênero familistas da extrema direita foi um dos primeiros atos da Ministra da Saúde, Nísia Trindade. Em 13 de janeiro de 2023, ela publicou a Portaria GM/MS Nº 13, revogando a portaria 2.282, de 27 de agosto de 2020, que criava protocolos para dificultar o acesso ao direito ao aborto nos casos já previstos em lei. A mesma portaria extinguiu os atos da portaria 715, de 4 de abril de 2022, que criou a Rede Materno e Infantil. No mesmo sentido, o decreto 11.376, de 1 de janeiro, revogou o decreto 9794 de 2019, que havia acabado com as políticas específicas de promoção da igualdade de gênero e raça no SUS. Este mesmo decreto revogou também o decreto 10.112, de 12 de novembro de 2019, que estabelecia Programa Mulher Segura e Protegida e criou uma nova política intitulada Mulher Viver sem Violência. O governo Lula está, nesse momento, reestruturando as políticas públicas de saúde reprodutiva da mulher e de promoção da igualdade racial.

Com relação à igualdade racial, embora ainda siga vigente a Portaria n. 545 de 2020, que inviabiliza as políticas afirmativas na pós-graduação, Lula instituiu, via o decreto 11.442/2023, o Grupo de Trabalho Interministerial para a elaboração do Programa Nacional de Ações Afirmativas que pode reverter essa limitação. Há, ainda, a reconstrução da Fundação Palmares, que foi um dos pilares da política racista de Bolsonaro.

Já a revogação da política genocida para os povos originários de Lula se iniciou com os processos que já comentamos - criação do Ministério dos Povos Originários e enfrentamento do genocídio Yanomami - e teve continuidade com o anúncio, durante o Acampamento Terra Livre, da demarcação de seis novos territórios indígenas. Além disso, o presidente Lula e a ministra Sônia Guajajara prometeram que todas as



© Shutterstock/061 Filmes

terras reivindicadas pelos povos indígenas serão demarcadas até o fim de 2026. No mesmo sentido está a autorização para a exploração econômica das terras indígenas ainda não demarcadas, o que estava autorizado por Bolsonaro e que Lula vetou. O ministro da Advocacia Geral da União, Jorge Messias, anunciou que sua pasta terá um grupo especializado dedicado à defesa dos povos indígenas. Destacamos ainda a revogação, em 4 de abril de 2023, da Resolução n. 4 da Funai, que dispunha dos critérios de autodeclaração indígena.

Na mesma direção, o governo restabeleceu os direitos dos povos quilombolas com o lançamento do programa Aquilomba Brasil, a partir do decreto n. 11.447, de 21 de março de 2023, que anulou a Instrução Normativa n. 128, de 30 de agosto de 2022 pela qual Bolsonaro impedia a titulação de terras quilombolas. No anúncio do programa, o presidente Lula confirmou a titulação de três territórios quilombolas e a promessa de ampliação desse direito fundamental.

Os direitos para a população LGBTQIAPN+ tem como marco o decreto 11.471 de 6 de abril de 2023, que revogou a criação por Bolsonaro (decreto 9.883/2019) do Conselho Nacional de Discriminação e recriou o extinto Conselho Nacional dos Direitos das Pessoas Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transsexuais, Queers, Intersexos, Assexuais e Outras. O governo instituiu ainda um grupo de trabalho para mudanças no campo "sexo" e inclusão do nome social no novo documento de iden-

tificação civil. Em outubro de 2022, entidades do movimento LGBTQIAPN+ entraram na justiça contra o novo documento de identificação criado por Bolsonaro alegando que ele provocava humilhação e feria a dignidade das pessoas travestis, transsexuais e que tem sua identidade de gênero não reconhecida.

Por fim, mas não menos importante nessa dimensão ideológica, é preciso mencionar que a política de drogas do governo Bolsonaro segue vigente. No relatório de 2022,

argumentamos que essa pauta é central para a extrema direita bolsonarista, justificando tanto sua mobilização no tema da violência quanto ajudando a amarrar o eleitorado evangélico a partir da defesa da família e do apoio às comunidades terapêuticas. Se é verdade que o governo Lula ainda não revogou os decretos bolsonaristas que promovem uma política de drogas conservadora e sem base científica, é também verdade que a ministra Nísia anunciou uma revisão global das políticas

públicas sobre essa temática, comprometendo-se a reconstruir a ação estatal no que há de mais avançado em termos científicos e democráticos.

Concluindo, a ação do governo Lula no campo ideológico foi prioridade e isso vai muito além de "escolher" manter a polarização com Bolsonaro, passando tanto pela reconstrução de direitos e políticas públicas quanto pela debolsonarização das instituições brasileiras. Há, contudo, um longo caminho a ser percorrido, no qual se faz necessá-

**Destruição
do SUS ➤ Revogada!**

**Pelo fortalecimento
da Campanha da
Vacinação e do
Programa
Mais Médicos!**

rio recompor as capacidades estatais e institucionais da nossa democracia. Esta é a próxima dimensão que vamos analisar neste relatório do Revogação de balanço dos 200 dias de governo Lula.

As instituições e as políticas públicas

O ciclo do Método Bolsonaro de Destruição da Democracia fica completo com a dimensão institucional. Aqui, a burocracia estatal bolsonarista - composta por militares e funcionários de carreira elitistas e ultraliberais - põe em ação um desmonte sem precedentes de todo o arcabouço legal e de execução das políticas públicas que o Estado brasileiro formatou ao longo de 30 anos. Para isso, fazem uso de medidas legais tais como Emendas Constitucionais, Projetos de Lei, Medidas Provisórias e também de normas infralegais (decretos, portarias, resoluções, instruções normativas e atos de ofício do ex-presidente e seus ministros), priorizando estas últimas porque são mais difíceis de fiscalizar e controlar. O Método Bolsonaro de Destruição Institucional é composto por sete eixos: o desmonte dos sistemas estatais; a desorganização das par-

cerias federativas; sabotagem dos mecanismos de monitoramento, fiscalização e punição aos infratores, bem como na flexibilização das regulamentações; o corte dos fluxos de informação interestatal, com a ocultação e mesmo apagamento de dados governamentais; a destruição dos mecanismos

de participação da sociedade civil brasileira; a militarização do Estado nacional; e a erosão da política externa e migratória. Vamos analisar em que pé anda a revogação desses eixos.

Os sistemas estatais são compostos pelos servidores públicos, por programas, equipamentos nos territórios, mecanismos institucionais, legais e infralegais, e processos de participação social pelos quais os direitos são garantidos e universalizados. O Sistema Único de Saúde (SUS) e o Sistema Único de Assistência Social (SUAS) são dois exemplos.

A reconstrução do SUS teve como marco duas medidas de impacto. A primeira foi a retomada da Campanha Nacional de Vacinação, com o próprio presidente Lula se vacinando contra a covid-19, rompendo, dessa forma, com o negacionismo da extrema direita. A segunda foi o relançamento do Programa Mais Médicos, que garante a presença de profissionais de saúde nos municípios mais pobres e nos territórios periféricos das grandes cidades. Está na pauta

Fim do Bolsa Família
➤ **revogado!**

Corte dos repasses financeiros para os municípios ➤ **revogado!**

Política de educação especial segregadora e excludente ➤ **revogada!**

Destruição dos mecanismos de fiscalização de crimes ambientais ➤ **revogada!**

ainda a recomposição orçamentária do programa Farmácia Popular e o apoio aos estados e municípios, por parte da União, para zerar a fila de espera do SUS.

No caso do SUAS, a revogação da destruição das políticas públicas de assistência social começou com a MP que retornou o Bolsa Família, editada pelo presidente Lula logo no primeiro dia de governo. Outra medida fundamental nesse eixo é a revisão do CadÚnico, o cadastro nacional pelo qual as famílias de baixa renda são identificadas pelo Estado, podendo assim acessar as políticas sociais diretamente voltadas para o combate à pobreza. O governo Bolsonaro promoveu um aumento do cadastro de famílias unipessoais de novembro de 2021 às vésperas das eleições de 2022. É comum encontrar irregularidades nesse processo a partir do mapeamento de famílias que se dividiram e assim mais de um dos seus membros passam a receber os benefícios sociais. O Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome estima que cerca de 2,5 milhões de cadastros desse tipo são fraudulentos.

Nos dois casos, a revogação da desorganização das parcerias federativas é estratégica para que os sistemas funcionem plenamente. Por exemplo, é impossível fazer a revisão do CadÚnico sem a cooperação dos Estados e municípios, o que já foi pautado pelo executivo nacional. Na saúde, a ministra Nísia Trindade reforçou o caráter estratégico da Comissão Intergestores Tripartite (CIT) que havia sido esvaziada por Bolsonaro. Entretanto, a revogação mais importante desse eixo é a retomada dos repasses orçamentários para estados e municípios. Na educação, o governo federal

repassou, nos primeiros 100 dias, 604 milhões de reais para viabilizar o recomeço de 3,5 mil obras paralisadas em 833 municípios. Trata-se de um valor maior do que tudo que o governo Bolsonaro repassou às prefeituras em todo o ano de 2022. No mesmo sentido, o governo federal liberou em fevereiro uma parcela de 170 milhões de reais para financiar o SUAS nos demais entes federativos. O compromisso é, até o final do ano, repassar 2,3 bilhões de reais, o dobro do que estados e municípios receberam da gestão bolsonarista.

Ainda nesse eixo, é preciso destacar duas revogações importantes na área da educação. A primeira foi com o Decreto n. 11370 de 2 de janeiro de 2023, pelo qual o presidente Lula suspendeu o Decreto n. 10502 de 2020, no qual Bolsonaro instituiu uma política de educação especial segregadora e excludente. A segunda foi sobre a política de alfabetização. Em 12 de junho, Lula lançou a nova política nacional de alfabetização, intitulada "Compromisso Nacional Criança Alfabetizada". A nova política, que prevê um investimento de 1 bilhão de reais em 2023 e mais 2 bilhões de reais nos próximos três anos, será executada de forma diferenciada nas diferentes regiões do país, sem apresentar um método único, como foi com a política de alfabetização bolsonarista, muito criticada por especialistas da educação e agora revogada.

O terceiro eixo é a sabotagem dos mecanismos de monitoramento, fiscalização e punição aos infratores, bem como na flexibilização das regulamentações. A área mais afetada por esse desmonte foi o meio ambiente e a proteção dos biomas brasileiros. Logo no primeiro dia de mandato, o presidente Lula recompôs a Comissão Interministerial Permanente de

Apagamento de dados e fim da transparência

➤ **revogada!**

Fim da participação social e destruição dos Conselhos participativos

➤ **revogada!**

Militarização da burocracia estatal

➤ **revogada!**

Isolamento internacional

➤ **revogado!**

Prevenção e Controle do Desmatamento, cuja missão é elaborar e executar o Plano de Ação para a Prevenção e Controle do Desmatamento na Amazônia Legal (PPCDAm). Foi com essa institucionalidade que os primeiros mandatos progressistas bateram recorde na redução do desmatamento na Amazônia. A isso se soma a retomada do Fundo Amazônia, com a perspectiva de arrecadação de bilhões de reais para projetos de proteção da floresta.

O governo Lula também revogou as normas que anistiarão as multas ambientais, acabando com a permissividade que levou, no governo Bolsonaro, a que 93% das multas não fossem pagas. O montante a ser cobrado é de 29,1 bilhões de reais, relativos a 183 mil autos de infração contra ações ilegais. Além disso, o Ibama retomou as ações contra madeireiros e garimpeiros, revogando a proibição levantada por Bolsonaro de destruição dos equipamentos (embarcações, máquinas e tratores) apreendidos com os criminosos. Há, por fim, mas não menos importante, a revogação do decreto que permitia o garimpo ilegal no Brasil.

Na questão agrária, um dos maiores desafios do governo para reverter os desmontes da gestão anterior é sobretudo a oposição de um setor do agronegócio bolsonarista com muita força no Congresso. Destaque positivo para a retomada de programas que marcaram gestões anteriores do PT, como o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e o Programa Nacional de Alimentação Escolar (Pnae).

Também merece destaque a recriação do Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar (MDA) e o maior orçamento da história do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), entre outras ações.

Porém, no que diz respeito à reforma agrária, os avanços têm sido tímidos até o momento e o governo ainda não

lançou o Programa Nacional de Reforma Agrária (PNRA) prometido ainda durante sua campanha.

O corte dos fluxos de informação interestatal, com a ocultação e mesmo apagamento de dados governamentais é o quarto eixo da dimensão institucional. Trata-se de uma área com uma enorme complexidade jurídica, tanto pela gigantesca quantidade de dados que Bolsonaro colocou em sigilo, os quais seguem sendo analisados pela CGU, quanto pelo modo como o governo bolsonarista impediu a comunicação entre os sistemas de informação. O descontrole do CadÚnico é um exemplo, mas há outro que diz respeito a duas instâncias do governo federal: os registros de armamento da Polícia Federal e do Exército não estavam integrados, impedindo a fiscalização dos CACs. O governo Lula determinou a integração dos sistemas.

Outro exemplo está no relatório do Revogaço de 2022, quando demonstramos que o governo Bolsonaro colocou em prática uma interpretação de conflito entre a Lei de Acesso à Informação (LAI) e a Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD), usando esta última como justificativa para negar pedidos de acesso à informação.

A CGU com Lula reformou esse entendimento e publicou 12 diretrizes de fortalecimento da LAI. O problema é que elas não produzem vinculação obrigatória. De positivo, há de destacar o estabelecimento, em 1 março de 2023, de uma mesa de diálogo entre a CGU e organizações da sociedade civil para debater como aprofundar a transparência pública. O ministro da CGU, Vinicius Marques de Carvalho, admite que ainda há muito a ser feito para a reconstrução do controle público e social sobre as informações estatais.

Ademais, em 16 de maio de 2023, o governo tomou três medidas que fortalecem a constituição de uma política pú-

blica democrática de acesso à informação: o Decreto n. 11527 atualizou a LAI; o Decreto n. 11528 instituiu o Conselho de Transparência, Integridade e Combate à Corrupção e o Decreto n. 11529 criou o Sistema de Integridade, Transparência e Acesso à Informação e a Política de Transparência e Acesso à Informação da Administração Pública Federal.

A retomada do diálogo e da participação social é provavelmente o eixo institucional em que o Revogação da destruição bolsonarista mais avançou. No dia 30 de janeiro, o presidente Lula assinou dois decretos criando o Conselho de Participação Social e o Sistema de Participação Social Interministerial. Uma das inovações do sistema é a criação de uma Assessoria de Participação Social e Diversidade em cada ministério, garantindo assim a estruturação do diálogo e da participação em toda a estrutura de governo. Quanto ao Conselho, além do papel fundamental de debate e intervenção da sociedade civil nas orientações gerais e estratégicas da gestão, ele vem acompanhado da recomposição dos Conselhos temáticos, que foram, na sua totalidade, destruídos por Bolsonaro via decretos que ou extinguiram os fóruns ou mudaram seu caráter e composição, inviabilizando a participação.

A desmilitarização das estruturas do executivo federal alcançou um novo patamar de urgência com a tentativa de golpe de 8 de Janeiro de 2023 por parte da extrema direita. As investigações avançam para provar que houve omissão e mesmo colaboração dos militares, tanto daqueles que estavam em serviço diretamente nas forças armadas quanto aqueles que ocupavam funções na administração pública, como no Gabinete de Segurança Institucional (GSI). O STF deu

um importante passo para enfrentar essa questão, estabelecendo que os militares indiciados por participarem do movimento golpista serão julgados pela corte suprema e não pelos tribunais militares, que são conhecidos pela leniência nos julgamentos. Além disso, o TCU identificou 6 mil militares em cargos comissionados. Grande parte foi exonerada, mas ainda não há um balanço final sobre esse contingente no atual governo.

Finalmente, chegamos na reconstituição de uma política externa ativa e ativa. Ainda em janeiro, o governo Lula rompeu com a aliança ultrac conservadora Consenso de Genebra, liderada por Trump e Bolsonaro e que pregava uma ruptura com o arcabouço multilateral de direitos humanos, especialmente na dimensão de gênero. Também no começo do mandato, o Brasil retornou para a Comunidade dos Estados Latino-Americanos e Caribenhos (Celac) e, no marco dos 100 dias, em 7 de abril, o governo Lula formalizou o retorno à União das Nações Sul-Americanas (Unasul). Logo na sequência, a viagem de Lula à China merece ser destacada, tanto pelos acordos firmados quanto pela intenção de negociar sem a mediação do dólar. Em 2 de maio o governo Lula revogou o decreto 9731, de março de 2019, pelo qual o governo Bolsonaro dispensou o visto dos cidadãos de países que pedem visto de brasileiros, abandonando o princípio da reciprocidade.

Há ainda a necessidade de revogação da política migratória discriminatória de Bolsonaro, a qual criou o conceito de "pessoa perigosa", em flagrante contradição com os sentidos democráticos e com os direitos inscritos na Constituição brasileira.

Considerações finais

O governo Lula atingiu a marca dos 200 dias atravessado por um duplo desafio: iniciar e consolidar a reconstrução da democracia brasileira depois de quatro anos de destruição bolsonarista; e, ao mesmo tempo, unificar e mobilizar a sociedade brasileira na direção de um efetivo pacto de combate a todas as desigualdades - de classe, raça, gênero, regionais e ambientais - de modo a garantir um futuro de mais direitos e de um desenvolvimento sustentável e justo para o nosso povo. É com o objetivo de contribuir com esse duplo objetivo que o presente relatório apresenta um balanço inicial dos avanços e limites da revogação da destruição democrática levada a cabo por Bolsonaro.

É com satisfação e esperança que identificamos uma série de avanços nessas quatro dimensões. No âmbito orçamentário, o Teto de Gastos foi revogado e não há mais orçamento secreto. Ademais, áreas estratégicas para os direitos do povo brasileiro voltaram a receber dotações orçamentárias significativas. Destacamos a retomada do Minha Casa Minha Vida, um passo importante para o enfrentamento do absurdo de termos milhões de brasileiras e brasileiros sem moradia digna. Com relação aos sentidos públicos do Estado, celebramos a suspensão das privatizações, bem como a retomada dos concursos e da valorização dos servidores públicos. Na arena ideológica, é fundamental destacar o fim dos sigilos de 100 anos em questões como gastos do cartão corporativo de Bolsonaro e a agenda do ex-presidente; o encerramento do programa das Escolas Cívico-Militares; a retomada de uma política responsável de controle das armas e dos clubes de Colecionadores, Atiradores e Caçadores (CACs); a revogação

do financiamento de fakenews pelo Estado brasileiro e a retomada da política de memória e verdade e a proibição da celebração do golpe de 1964 pelas forças armadas; no plano institucional, os sistemas universais como o SUS e o SUAS voltaram a ser valorizados e fortalecidos; políticas públicas estratégicas como o Bolsa Família e o Programa Mais Médicos foram retomadas; o pacto federativo foi retomado e a política de participação social foi reconstituída; a fiscalização de crimes ambientais e contra a dignidade humana e o compartilhamento de dados entre os entes públicos e com a sociedade foi reestabelecido; o isolamento internacional e militarização do Estado foram revogados!

Sabemos que esses avanços são um passo necessário, mas não são suficientes. Jair Bolsonaro foi derrotado nas eleições, mas a extrema direita segue atuando com força na sociedade e está presente inclusive nas instituições brasileiras. A lógica da austeridade fiscal segue ameaçando o orçamento público e a garantia e a ampliação de direitos para o nosso povo; a forma de governabilidade que Arthur Lira tenta impor ao país pode comprometer um planejamento orçamento que priorize o combate às desigualdades; setores econômicos privilegiados seguem pautando políticas públicas, como é o caso do agronegócio e da absurda manutenção, por parte do governo Lula, do ritmo de liberação de agrotóxicos.

Por fim, mas não menos importante, entendemos que, para uma efetiva reconstrução da democracia brasileira, é fundamental que o governo Lula promova políticas públicas de mobilização da sociedade em favor dos direitos. A retomada da demarcação de terras indígenas liderada pela ministra Sônia Guajajara é um exemplo de ação institucional que fortalece a democracia ao consolidar os povos originários como sujeitos de direitos. Outro exemplo é o desenvolvi-

mento de políticas públicas para os territórios periféricos que vem sendo conduzida pelo companheiro Guilherme Simões na Secretaria Nacional de Periferias. Sem ações do Estado enraizadas no território e sem direitos para o povo das favelas e periferias não será possível derrotar a extrema direita no Brasil.

Através do Núcleo de Análise, Pesquisas e Estudos (NAPE) da Fundação Lauro Campos e Marielle Franco seguiremos monitorando a dimensão institucional da reconstrução da nossa democracia e da derrota definitiva do fascismo e da extrema direita brasileira. Em que pesem os avanços aqui apontados, identificamos diversas áreas e políticas nas quais o Método Bolsonaro de Destruição da Democracia ainda precisa ser revogado e a democracia e as políticas públicas reestruturadas. É preciso uma ação coletiva de mobilização tanto para

impulsionar o governo nessas áreas, como para sustentar as medidas que venham a ser tomadas.

A reconstrução da democracia brasileira enfrentou desafios gigantes com a tentativa de golpe de estado em 8 de janeiro de 2023 e o enfrentamento ao genocídio do povo Yanomami. Esses processos evidenciaram que o alcance do Método Bolsonaro de Destruição da Democracia era ainda maior do que foi possível mapear no relatório do Revogaço de 2022. Naquela ocasião, destacamos que, para além da vitória eleitoral, precisaremos de uma ampla mobilização social para sustentar as políticas de reconstrução da democracia tomadas pelo governo Lula. Esta premissa segue sendo mais verdadeira do que nunca para garantir a derrota definitiva da extrema direita autoritária nos próximos anos.



REVOGAÇÃO

REVOGAÇÃO!



FLCMF
PSol



**FUNDAÇÃO
ROSA
LUXEMBURGO**